

A. I. N° - 93154701/05
AUTUADO - SEBASTIÃO CARDOSO PIMENTA
AUTUANTE - LAUDIONOR BRASIL P. SAMPAIO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 06/05/2005

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDAO JJF N° 0148-01/05

EMENTA. ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Comprovada a emissão de nota fiscal referente a parte do produto transportado antes do início da ação fiscal. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 17/01/2005, exige imposto, no valor de R\$ 2.078,00, referente a 190 sacos de polvilho doce e 100 sacos de milho em grãos, desacompanhados de documentação fiscal. Preços das mercadorias fornecidos pelo próprio detentor/vendedor. Termo de Apreensão n° 115893.

O autuado, às fls. 8 a 11, apresentou defesa alegando que em relação à mercadoria “polvilho doce” está anexando cópia das notas fiscais de produtor, emitidas em 16/12/2004 (fls. 12 a 15), demonstrando que o produto está acobertado de documentação fiscal.

Requeru a improcedência parcial do Auto de Infração.

Auditora designada a prestar informação fiscal, às fls. 19/20, informou que as cópias das notas fiscais apresentadas pelo impugnante não podem ser aceitas, citando o art. 911, § 5º, do RICMS/BA que estabelece que o trânsito irregular de mercadoria não se corrige pela ulterior apresentação da documentação fiscal e não há como vincular as mercadorias apreendidas àquelas discriminadas em documento fiscal posteriormente apresentado.

Opinou pela manutenção da autuação.

VOTO

Da análise das peças que compõem o presente processo, verifico que a autuação decorreu da constatação de transporte de mercadoria sem documentação fiscal.

Analisando as peças que compõem o presente processo constato que em relação a parte das mercadorias o autuado apresenta duas cópias reprográficas de Notas Fiscais de Produtor, oriundas do Estado do Paraná, bem como de Guias de Recolhimento de Tributos Estaduais – GR-PR, todos emitidos em 16/12/2004, referente a 190 sacos de polvilho doce artesanal, adquiridos de Laércio João dos Santos/Isabel Isalina dos Santos e Erasmo Alberto Diniz/Rosalina Izalina S. Diniz, todos oriundos do município de Cafezal do Sul – Paraná, tendo como adquirente Sebastião Cardoso Pimenta, inscrição estadual n° 51949895, indicando o veículo de placa JOI-7873 como meio de transporte da citada mercadoria, nas notas fiscais e nas guias de recolhimento do Estado do Paraná. A apreensão da mercadoria ocorreu em 21/12/2004, às 09:30 hs, constando no Termo de Apreensão o transporte de 190 sacos de polvilho doce artesanal e 100 sacos de milho em grãos e a indicação do veículo placa JOI-7873, ou seja, do mesmo veículo apontado nas guias

de recolhimento do Estado do Paraná, como sendo o transporte utilizado para a entrega da mercadoria neste Estado.

Também, observo que o inciso II do art. 632 do RICMS/97, estabelece o seguinte:

Art. 632. Relativamente aos prestadores de serviços de transporte e às pessoas que portarem ou transportarem mercadorias ou bens, por conta própria ou de terceiro, observar-se-á o seguinte:

...

II – o trânsito ou porte irregular de mercadoria não se corrige com a posterior emissão de documento fiscal, se a emissão ocorrer depois do início da ação fiscal.

Desta forma, entendo que a apresentação dos documentos fiscais comprova a regularidade da mercadoria polvilho doce artesanal em sua totalidade. Já em relação a mercadoria milho em grãos, o autuado reconhece o cometimento da infração, ou seja, do transporte da referida mercadoria sem documentação fiscal. Assim, mantida parcialmente a infração para ser exigido imposto no valor de R\$ 140,00, acrescido das cominações legais.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 93154701/05 lavrado contra **SEBASTIÃO CARDOSO PIMENTA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$140,00**, acrescido da multa de 100% prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de maio de 2005.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE/RELATORA

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR

MARCELO MATTEDI E SILVA - JULGADOR